

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Bruno Novelino Vittoretto

Dendê e as relações coloniais na África

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VITTORETTO, Bruno Novelino.

Dendê e as relações coloniais na África / Bruno Novelino
VITTORETTO. – 2017.

41 p.

Orientador: Elaine RIBEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2017.

1. Azeite de dendê. 2. colonialismo. 3. África. I. RIBEIRO, Elaine, orient. II. Título.

Bruno Novelino Vittoretto

Dendê e as relações coloniais na África

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pós-graduação em História da África do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para aprovação.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Elaine Ribeiro

Juiz de Fora

2017

RESUMO

O material didático elaborado com o título “Dendê e as relações coloniais na África” refere-se a um livro paradidático direcionado a turmas de Ensino Médio. Tal obra aborda a história da África e suas relações com outras áreas do globo terrestre. Mais especificamente, uma história do continente, entre os séculos XIX e XX, contada a partir de uma mercadoria: o azeite de dendê, também conhecido como óleo de palma.

Palavras-chave: azeite de dendê; colonialismo; África.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| O MATERIAL DIDÁTICO..... | 6 |
| OBJETIVOS | 9 |
| METODOLGIA..... | 9 |
| CONCLUSÃO..... | 11 |
| REFERÊNCIAS..... | 11 |
| ANEXO..... | 13 |
| PROTFÓLIO | 34 |

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação brasileira passou por uma série de mudanças institucionais. O período da redemocratização marcou as bases para a implantação de um conjunto de políticas públicas que buscou demarcar os postulados da educação. Alguns dos mais importantes desses esforços podem ser citados, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de 1985; o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), de 1997; a Lei 10.639, de 2003; e a Lei 11.645, de 2008.

Pode-se dizer que todo esse conjunto de mudanças está mais ou menos conexo e que o trabalho ora apresentado se coloca nas formulações de toda esta legislação. Mais especificamente, se insere de maneira incisiva a partir do texto do Parecer CNE/CP nº3 de 10 de março de 2004, referente a Lei 10.639, de 2003, que tornou a temática africana e afro-brasileira obrigatória nos currículos de toda Educação Básica. Trata-se, portanto, de um esforço em se pensar práticas de produção de saberes relacionados a um universo que, mesmo depois de anos da aprovação da lei, ainda carece de uma difusão efetiva e articulada.

O MATERIAL DIDÁTICO

O material didático elaborado com o título “Dendê e as relações coloniais na África” refere-se a um livro paradidático direcionado a turmas de Ensino Médio. Tal obra aborda a história da África e suas relações com outras áreas do globo terrestre. Mais especificamente, uma história do continente, entre os séculos XIX e XX, contada a partir de uma mercadoria: o azeite de dendê, também conhecido como óleo de palma.

Antes de uma apreciação sobre as características específicas do livro, é necessária uma definição do que são e qual papel representado pelos materiais paradidáticos no Brasil. A primeira constatação que surge é a de que não se tem um conjunto de pesquisas consolidadas que visem aprofundar um debate sobre os usos dos materiais paradidáticos. Dito de outra forma, o número destas pesquisas parece ser bem reduzido, principalmente se comparado com as investigações destinadas a analisar os materiais didáticos considerados tradicionais.

Conforme aponta Zamboni (1991), os materiais paradidáticos surgiram com a “finalidade de complementar o livro didático, subsidiar o trabalho docente e oferecer ao professor e aos alunos novas abordagens a respeito dos temas estudados e/ou propor outros” (ZAMBONI, 1991, p.2). No Brasil, os materiais paradidáticos passaram a ser difundidos entre

as décadas de 1980 e 1990, de acordo com a análise de Fonseca (2012, p.54). Segundo Laguna (2001), os paradidáticos surgiram em um contexto particular:

Os livros paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagem mais acessíveis, que serviriam para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas (LAGUNA, 2001, p. 48).

No campo específico da História, as principais transformações no campo da teoria e da metodologia foram capazes de ajudar a repensar as distintas possibilidades referentes à prática do trabalho do professor nas instituições de ensino. Nesse sentido, optou-se por uma abordagem que se fundamentava na contribuição da Nova História – em seus desdobramentos e profundos diálogos com fenômenos a ela mais ou menos coetâneos, como a História Social Inglesa, a Nova História Cultural e a Micro-história –, uma vez que tal perspectiva levou ao aprofundamento da interdisciplinaridade e à ampliação de objetos, problemas e abordagens.

A presença de materiais diversificados e complementares ao livro didático no ensino foi ampliada principalmente devido ao anseio de grupos de professores que desejavam inovar em suas práticas (ZAMBONI, 1991). Mirando essa perspectiva, o mercado editorial também percebeu uma oportunidade de negócios e investiu na publicação de diversos suportes: fascículos, revistas, textos literários, livros temáticos, etc. Desta forma, os paradidáticos apresentam características como linguagem mais acessível, temáticas literárias e transversais, preços populares, longa vida editorial, e direcionamento a crianças, jovens e escolas.

Bittencourt (2004, p.55) aponta a necessidade de organização de textos alternativos, pois a utilização de uma única fonte simplifica a forma com a qual os saberes podem ser produzidos. Complementar o material didático tradicional, portanto, seria um modo de explorar a historicidade presente não só no suporte alternativo, mas em todos os suportes de informação disponíveis.

Em que pese todo o esforço de regulamentação citado na introdução do presente texto, o caso dos paradidáticos parece ser matéria pouco discutida, uma vez que sua nomenclatura quase não aparece. Não há uma distinção entre materiais didáticos e paradidáticos. Ao que parece, toda e qualquer forma de suporte de informação é tratada como material didático pela legislação brasileira. Mesmo assim, é possível perceber que as políticas públicas ocorrem no sentido de consolidar os materiais mais tradicionais. Exemplo disso é o principal texto

referente aos materiais difundidos nas escolas, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que só trata dos livros didáticos, que possuem mais um caráter de manual escolar.

Outros documentos tampouco fazem esta distinção. As Diretrizes Curriculares Nacionais citam, em vários momentos, a necessidade de adoção de programas suplementares de “material didático-escolar”, ou ainda se referem à distribuição, produção, usos, estratégias e recursos referentes a “materiais didáticos” ou “materiais didático-pedagógicos”.

Em realidade, as Diretrizes citam o termo paradidático apenas em dois momentos no documento que reúne mais de quinhentas páginas. O primeiro caso aponta apenas em uma nota de rodapé a informação sobre o quantitativo da distribuição de materiais paradidáticos em comunidades quilombolas entre os anos de 2009 e 2010 (BRASIL, 2013, p.458). O outro exemplo refere-se à parte específica das Diretrizes que tratam da Educação em Direitos Humanos. Em seu Art. 11, a lei expõe que os “sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos” (BRASIL, 2013, p.533).

Pensando nesse sentido, e de acordo com Bittencourt (2008), a utilização e a eleição de materiais e recursos didáticos específicos por parte dos professores é uma questão política, por abranger uma opção que está diretamente ligada ao modo pelo qual os indivíduos compreendem o mundo. Assim, a própria escolha em elaborar um livro paradidático sobre a História da África é uma demarcação do que se pretende tomar como contribuição.

Não só a escolha do tema, mas a forma como se aborda o tema. O texto da obra busca se distanciar ao máximo de concepções eurocêntricas, embora a temática relacionada à Europa seja inerente ao objeto do material paradidático em questão. Em alguns casos, fica extremamente difícil fugir completamente de concepções ocidentais, apresentando alguns limites. Exemplo disso é a própria periodização adotada no trabalho, os séculos XIX e XX. Mas mesmo assim, acredita-se que o livro tenta debater o protagonismo africano em uma série de fenômenos e relações abordados.

Outra contribuição que o livro traz é a de poder inserir alguns debates presentes somente em obras ainda não traduzidas para o português. Enfim, o livro apresenta-se como uma contribuição na “transposição didática” de todo este conhecimento, que por sua vez pode ser válido de alguma forma para as pessoas inseridas nos espaços escolares.

OBJETIVOS

Alguns dos objetivos do material paradidático:

- Difundir o uso de materiais paradidáticos no ensino básico;
- Garantir a formação integral do aluno, de modo a lhe permitir o desenvolvimento de suas potencialidades e da consciência de seu papel social;
- Assegurar a formação de indivíduos que sejam capazes de trabalhar por si mesmos e que saibam buscar alternativas e soluções por intermédio de uma apropriação crítica do conhecimento;
- Proporcionar ao aluno condições de desenvolvimento de seu interesse pelo estudo e de sua capacitação, visando à melhoria de seu desempenho no processo ensino-aprendizagem;

METODOLGIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação regulamenta que as finalidades do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, perfazem o “aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1997). Em outras palavras, essa etapa da escolarização busca a preparação cidadã do educando.

Já no que diz respeito às particularidades do conhecimento histórico, é necessário fundamentar a ação de acordo com uma concepção teórica da disciplina. Conforme Fonseca (2012), a História se perfaz como disciplina essencialmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. Essa concepção freireana da História tem como papel central a formação da consciência histórica (RÜSEN, 2001) dos sujeitos, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva.

Portanto, o conhecimento histórico detém papel fundamental ao propor para o jovem não só a formação das identidades, mas também a participação social, assim como contribui para que o jovem adquira uma postura ativa em relação à sociedade, e que se perceba como agente social capaz de transformar seu meio, participando da construção de uma sociedade mais justa. É necessário compreender também que o mundo contemporâneo impõe aos jovens a vivência e a participação em um tempo de múltiplos acontecimentos que precisam ser

compreendidos na sua historicidade, que por sua vez tem sido dificultada não só pela sua quantidade e variedade, mas também pela velocidade com que se propagam por meio das tecnologias da informação e da comunicação. Diante este constante presentismo, relatado por Hobsbawm (1995), a História serve, uma vez mais, como importante ferramenta de identificação das realidades complexas em suas implicações com o passado.

De acordo com essas características, acredita-se que o presente material paradidático deverá ser utilizado como suporte para alunos de Ensino Médio, podendo ser transitado entre o primeiro e o terceiro ano. Toda a concepção do livro, desde os debates, conceitos e linguagem utilizados, são mais acessíveis a estudantes com uma faixa etária mais avançada. Tal constatação tampouco isenta a utilização do material por parte dos professores de ensino fundamental como suporte de pesquisa ou intervenção, com as devidas adequações.

O livro está estruturado de acordo com algumas características. A primeira delas refere-se à própria inserção da temática. Ou seja, a obra se inicia com uma situação contemporânea para, em seguida, propor uma problematização que envolva fenômenos ocorridos no passado, em suas continuidade e rupturas. A estratégia de utilização do conhecimento prévio pode ser um elemento importante na construção dos saberes.

Outra característica fundamental do livro paradidático em questão é sua organização no formato de perguntas e respostas. Tais perguntas não foram colocadas ao acaso. Acredita-se que este recurso pode facilitar o trabalho docente na busca de uma perspectiva dialógica com o educando. Isso quer dizer a própria organização do livro já pode delinear o modo com o qual o docente deve abordar a temática.

O livro paradidático “Dendê e as relações coloniais na África” se utiliza de recursos visuais e fontes diversas na apresentação do tema. Todo este modelo também se aproxima de alguma forma ao ofício do historiador, desde a problematização até a análise das fontes. Isso quer dizer que não se busca colocar a fonte pela fonte, mas sim abrir um espaço de reflexão a partir dela. Entende-se que a fonte deve ser discutida a partir de elementos como o seu contexto de produção, a quem ela se destina, e o que ela representa.

O material visa trabalhar habilidades essenciais aos estudantes, a exemplo da capacidade de observar mapas, imagens, tabelas, e quaisquer outros tipos de dados. Ou seja, é uma ferramenta que possibilita o docente expor como os educandos podem interpretar as distintas formas de apresentação da informação com criticidade.

Por fim, cabe salientar que os mapas, tabelas e figuras não precisam se fixar necessariamente da mesma forma em que estão colocados no anexo deste texto (ver p.12). Quer dizer que necessitam de tratamento editorial, que avalie a melhor forma de dispô-los ao

longo do livro, assim como outras modificações necessárias em relação à tradução, coloração, proporção, etc.

CONCLUSÃO

A ideia não é fazer um manual pronto, acabado, mas sim contribuir na diversificação dos suportes utilizados em sala de aula, um dos maiores desafios dos professores nos dias atuais. Dentro dos limites do livro, cabe ao professor interpreta-lo e utiliza-lo da maneira que acredita ser a mais executável.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- _____. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Ciências humanas e suas tecnologias (v. 3). Brasília: MEC/SEB, 2006.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEB, 1998.
- CAIM, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008.
- FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p.167-212.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KI-ZERBO, Joseph; et al (Org.). **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2010, v.1-8.
- LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 2, 2001.
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escola**. São Paulo: Cortez, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2 nº 3, 1989.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica– Teoria da História, fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 4, v. 3, jan/jun, 2016, p.27-49.

ZAMBONI, Ernesta. **Que História é essa?** Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de história. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ANEXO

Material Didático (livro paradidático)

Título: Dendê e as relações coloniais na África

DENDÊ E AS RELAÇÕES COLONIAIS NA ÁFRICA

Você já ouviu falar na *Elaeis guineensis*?



Figura 1: *Elaeis guineensis*.

Fonte: PABST, Gustav (Org.). **Köhler's Medicinal-Pflanzen**. Gera; Untermhaus: Verlag von Fr. Eugen Köhler, 1887, Vol.3, p.77.

unidades, pesando entre 10 Kg e 25 Kg.

Elaeis guineensis é o nome científico dado à Palmeira, também chamada por diversos nomes em diferentes partes do mundo: Palmeira-de-dendê, coqueiro-de-dendê, dendê, palmeira-de-óleo-africana, dendezeiro, aabora, aavora, palma-de-guiné, palma, dendém e palmeira-dendém (Figura 1). A planta é natural da Costa Ocidental da África (Golfo da Guiné). Seu fruto é conhecido como dendê, e seu óleo como azeite de dendê ou óleo de palma. As palmeiras são árvores que podem alcançar cerca de vinte metros de altura, e vivem aproximadamente durante vinte e cinco anos. Após três anos de idade a planta já inicia seu ciclo produtivo, alcançando sua máxima rentabilidade aos dez anos. Já os cachos da fruta podem conter entre 1.000 e 3.000

Você sabia que boa parte dos produtos que você consome contém o óleo de palma?

No Brasil, é comum associar o óleo de palma ou, como é mais conhecido por aqui, o azeite de dendê ao preparo de alimentos típicos da cozinha baiana, como o acarajé e o vatapá. Contudo, o que a maioria das pessoas não sabe é que a metade dos produtos industrializados que consumimos possui o óleo de palma em sua fórmula. Ele está presente em inúmeros produtos industrializados que comemos e usamos no dia a dia. A indústria alimentar é o maior consumidor de óleo de palma. A lista de produtos é grande: iogurtes, sorvetes, chocolates, pães, biscoitos, margarinas, pizzas congeladas, cereais em barra ou em flocos, batatas fritas e outra infinidade de comidas preparadas industrialmente. Além dos alimentos, o dendê também

é amplamente utilizado pelos fabricantes de cosméticos (hidratantes, sabonetes, maquiagens, xampus e cremes diversos).

Fora do ramo alimentar e cosmético, o azeite de dendê serve como base para produtos químicos como detergentes, sabões, produtos de limpeza em geral, velas, além dos biocombustíveis para veículos e usinas, os quais são produzidos com o intuito de substituir ou

| País | 2004/05 | 2009/10 | 2013/14 ¹ | Variação em dez anos | Variação em cinco anos |
|-----------------|------------|------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| Guatemala | 99 | 177 | 350 | 254% | 98% |
| Tailândia | 820 | 1.287 | 2.150 | 162% | 67% |
| Honduras | 165 | 275 | 430 | 161% | 56% |
| Indonésia | 13.560 | 22.000 | 31.000 | 129% | 41% |
| Brasil | 160 | 250 | 340 | 113% | 36% |
| Equador | 282 | 429 | 565 | 100% | 32% |
| Colômbia | 630 | 805 | 1.035 | 64% | 29% |
| Costa do Marfim | 298 | 330 | 400 | 34% | 21% |
| Nova Guiné | 345 | 527 | 630 | 83% | 20% |
| Nigéria | 790 | 850 | 930 | 18% | 9% |
| Malásia | 15.194 | 17.763 | 19.400 | 28% | 9% |
| Outros | 1.117 | 1.377 | 1.543 | 38% | 12% |

Tabela 1: Produção do Óleo de Palma em Toneladas (2004-2014).

Fonte: <https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/dificuldades-palma-brasil-190814.htm>.

¹ Estimativa anual.

diminuir a dependência dos derivados do petróleo, como a gasolina e o diesel. Somente nos países da União Europeia, cerca de 50% do óleo de palma importado é usado para o assim chamado biodiesel.

Na última década, a produção do óleo de palma dobrou, e se espera que até o ano de 2020 vá dobrar novamente.

Dois países asiáticos, Indonésia e Malásia, são os maiores produtores na atualidade. Além do também asiático Tailândia, países de outras partes do mundo estão diretamente envolvidos na produção e comércio do azeite de dendê. Destacam-se a Nigéria, no continente africano, e a Papua Nova Guiné, na Oceania, além de países americanos, como o Brasil, o Equador e, o principal produtor entre eles, a Colômbia.

Com uma simples pesquisa nas ferramentas de busca disponíveis na web é possível visualizar milhares de resultados de páginas que tratam do óleo de palma. A maioria delas refere-se aos *sites* de defensores do meio ambiente. Mas, qual seria o interesse das entidades protetoras da natureza e dos animais nas Palmeiras? Fato é que as plantações da *Elaeis guineensis* carregam uma forte marca de destruição ao redor do mundo. O que estas entidades procuram justamente é denunciar os diversos crimes cometidos diariamente nos lugares aonde é cultivada e processada essa mercadoria.

Primeiro, porque as plantações da palmeira trazem o desmatamento de diversas áreas, causando muitos problemas ambientais como a destruição dos biomas naturais, a extinção de espécies animais e a contaminação ambiental. Por causa do desflorestamento e da transformação da mata virgem em monoculturas industriais, surgem também os problemas climáticos, já que o desmatamento é uma das principais causas do aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera.

Outro tipo de embate que a agroindústria do óleo de palma enfrenta são denúncias sobre as violações aos Direitos Humanos. É sabido que uma série de problemas envolvem as comunidades, sobretudo na África e na Ásia: assassinatos e conflitos na luta pela terra, espoliação de comunidades antigas, impactos sobre a soberania alimentar e o direito à alimentação, como também, as péssimas condições trabalhistas. As acusações revelam também que as grandes empresas do ramo corrompem políticos e leis locais para manterem a rentabilidade de seus negócios nessas áreas. As consequências negativas da produção do óleo de palma são muitas. Ao mesmo tempo em que estas mesmas empresas cometem crimes (direta ou indiretamente) todos os dias, pouco sabemos a respeito. Mesmo assim, elas vendem uma imagem de que são firmas sustentáveis que apoiam projetos ambientais ao redor do mundo. Percebe-se que a produção do azeite de dendê é um tema que precisa ser discutido com urgência. Portanto, estudar a história deste óleo vegetal como mercadoria é importante para compreendermos de maneira aprofundada os processos conflituosos que envolvem nações e grandes empresas na nossa atualidade.

Para saber mais:

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>
<http://www.salveaselva.org/>
 “Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável' (RSPO)”

Como uma mercadoria pode nos contar uma história de séculos?

Até agora, vimos o que é o dendezeiro e quais os seus usos na atualidade. Também percebemos a série de problemas que envolvem o uso do óleo de palma como uma das principais mercadorias da indústria moderna. Se os países do continente asiático são hoje em dia os principais exportadores do óleo de palma, não se pode dizer o mesmo quando falamos sobre os séculos anteriores. Foi de fato a África o continente mais importante para ascensão dessa mercadoria, desde períodos longínquos, até pelo menos a primeira metade do século XX. Mas que continente é esse? É preciso conhecer da Geografia do local para entendermos os fatores históricos que envolvem a palmeira de dendê.

A África é um imenso continente com aproximadamente 30,3 milhões de quilômetros quadrados, cercado por dois oceanos (Atlântico, em sua parte ocidental, e Índico, em sua parte oriental) e dois mares (Mediterrâneo, ao norte, e Vermelho à nordeste). Em termos gerais, podemos dividir a África em quatro zonas diferentes, de acordo com elementos como vegetação, altitude, hidrografia e o clima (Mapa 1).

A primeira delas é a Zona Mediterrânea. De menor incidência, ela se localiza no extremo norte do continente. A proximidade com o mar e com latitudes mais altas (mais

próximas do polo Norte) faz com que essa região possua temperaturas mais amenas durante o ano, com a presença de invernos úmidos.

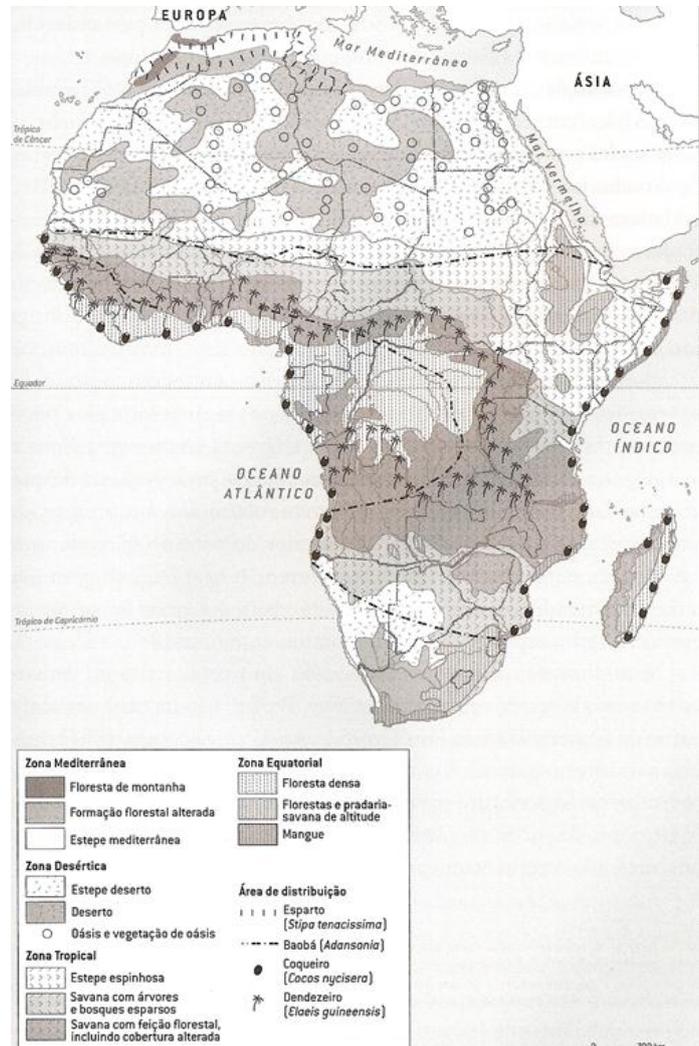
A Zona Desértica toma boa parte da porção norte da África, aonde se localiza o deserto do Saara. Nela, as altitudes são baixas, na maioria das vezes não superando 200m. O clima é predominantemente seco, com exceção do trecho em que corre o Rio Nilo. Com aproximadamente 6.500Km de extensão, o Nilo nasce no interior da parte oriental do continente até desaguar no mar Mediterrâneo.

A terceira Zona é a Tropical. Nessa região existem duas estações bem definidas, sendo uma seca no inverno e uma chuvosa durante o verão. Essa zona também domina a maior parte do continente. Destaca-se a bacia do rio Níger, o grande rio em forma de curva que percorre a porção ocidental africana até desaguar no Oceano Atlântico. A vegetação é formada por faixas de estepes e savanas distintas, que representam na parte central do continente, a transição para a última zona.

Por fim, a última Zona é a Equatorial, aonde se localizam a floresta, com suas variáveis de altitude e as áreas de manguezais. Abrangendo

parte da região Centro-Oeste do continente, possui um clima quente e úmido durante todo o ano, com alta incidência de chuvas. A bacia do rio Congo apresenta grande volume de água e incidência de grandes quedas.

Feita essa apresentação das características naturais da África, vejamos a geografia das Palmeiras no continente africano. Desde os processos de sedentarização dos humanos e o surgimento da agricultura (Período neolítico), foram nas áreas como a África tropical que as sociedades encontraram novas espécies e as domesticaram. Dentre essas espécies, podemos



Mapa 1: Mapa da África - regiões e vegetação

Fonte: SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício.

Memória d'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007, p.63.

identificar o sorgo, o milho, o arroz, a ervilha, o quiabo, o inhame, e finalmente, o dendezeiro.

A palmeira de dendê, assim como outras espécies, serviu como elemento de ocupação de vastas áreas do continente pelos povos africanos. Para isso, eles adotaram o sistema de cultivo de derrubada-queimada, também chamado de sistema de pousio longo. A cada quarenta anos, os cultivadores africanos se deslocavam de seus lugares, abandonando a plantação já envelhecida em busca de regiões próximas as matas para iniciar o processo de corte e queima da floresta virgem.

Olhando novamente o Mapa 1 é possível perceber uma maior ocorrência do dendezeiro na parte inferior ao Saara (também chamada de África Subsaariana). O mapa demonstra que as árvores se espalham principalmente ao longo das savanas florestais da Zona Tropical. Os dendezeiros se estendem pela costa ocidental do continente africano, adentrando o interior do território e retornando à costa como se fosse um U tombado para a esquerda. Porém, isso não quer dizer que as palmeiras não existam em outras partes do continente, como por exemplo, nos oásis do norte.

Aliás, as informações mais antigas sobre os usos das palmeiras, ou do óleo de palma, são provenientes desta região do continente. Sabemos que o norte africano foi um importante espaço de comércio. As caravanas que atravessavam o deserto do Saara em vários sentidos trocavam uma variedade de produtos agrícolas e artesanais, entre eles os provenientes do dendezeiro.

Os usos da palmeira variavam de acordo com a região e o período em questão. Podemos afirmar que o azeite de dendê não era o único produto retirado desta planta. Além do óleo, os frutos da palmeira eram base para a fabricação de bebidas alcoólicas como o vinho de palma. As fibras e folhas da palmeira também serviram para uma infinidade de objetos artesanais. Sua fibra é tecida em um tear vertical ou oblíquo. Habitação e esteiras para carregar outros gêneros, obras em espartaria e vime, feitos com fibras de palmeira trançadas com arte (sandálias, esteiras e bandejas chamadas *tabak*); Esta ampla variedade de produtos, além de serem comercializados, podiam também servir como forma de pagamento de impostos em alguns casos.

Mas, e no século XIX, qual era a importância das palmeiras de dendê para as sociedades africanas?

Já vimos que as palmeiras se localizam originariamente em espaços bem definidos do grande continente africano. Estes espaços são exatamente a África Central e a África Ocidental. No século XIX, a configuração política desta região que hoje corresponde a vários países era formada pela presença de distintas unidades políticas, na maioria das vezes fundadas em uma forte hierarquia.

A África Central produtora do azeite de dendê no período que estamos tratando corresponde aos atuais países: Congo, República Democrática do Congo, Angola e Zâmbia. Nela, existia uma diversidade de ambientes, onde eram possíveis as culturas agrícolas e a extração de minérios como o cobre e o ferro. Foi nessa área que nasceram os maiores Estados da costa: os reinos do Congo e do Loango; além do Império Luba e do Reino Lunda, que se situavam no interior.

Já a África Ocidental do dendezeiro perfazia onde hoje se situam Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria e Camarões. Nessas regiões, destacavam-se naquele período as zonas de território Igbo, estruturadas em grandes aldeias autônomas entre si, governadas por concelhos de anciãos, sociedades secretas, como a dos guerreiros, e oráculos ligados às divindades da natureza; além da Iorubalândia, que compreendia também vários estados como o Império de Oyo e reino Edo do Benim.

Fato é que essas duas regiões já possuíam conexões internas muito antigas por conta do comércio de mercadorias. Também estabeleceram uma importante conexão com a Europa e a América por conta dessas mesmas mercadorias. Uma delas acabou por se destacar entre os séculos XVI e XIX, os escravizados. O interior dessas regiões serviu como fornecedor de homens e mulheres capturados e trocados por mercadorias como sal, peixe, licores, armas de fogo, chapéus, colares e barras de ferro, cobre e bronze.

Dito isso, devemos questionar qual a relação do tráfico de escravos com a produção do azeite de dendê no século XIX. Podemos dizer que esse é justamente o período em que o número de escravizados enviados para a América começou a diminuir progressivamente, principalmente depois de 1850. Ao mesmo tempo, o volume do azeite de dendê negociado com os países europeus, em sentido oposto, passou a crescer.

Os dois fenômenos possuem elementos muito próximos. O tráfico de escravos foi aos poucos sendo substituído por um comércio baseado em produtos naturais como o óleo de palma. Mas esta transição do comércio de escravos para o comércio de mercadorias agrícolas como a principal atividade econômica não ocorreu de maneira rápida. Foi somente no final do século que as exportações agrícolas substituíram totalmente o tráfico de escravos. Podemos

dizer então que o comércio de escravos e o comércio de óleo de palma ocorriam no mesmo tempo e no mesmo espaço.

Com a diminuição de um e o aumento do outro, podemos entender que o comércio do óleo de palma aproveitou boa parte da estrutura do tráfico de escravizados. Como isso se deu? A resposta é simples: as principais regiões produtoras eram aquelas que possuíam as mais altas exportações de homens e mulheres. E mais: Os negociantes eram os mesmos; os portos eram os mesmos tanto na África como na Europa; as técnicas de comércio e negociação eram baseadas nos mesmos pressupostos; o sistema de produção agrícola as relações de trabalho eram os mesmos; as rotas comerciais no interior do território africano eram as mesmas; enfim, uma série de relações continuou a vigorar em ambos os casos.

Ainda que tenhamos visto o aumento da produção agrícola e a diminuição do comércio transatlântico de escravizados, podemos entender que a escravidão não terminou por completo na África. Isso porque existiam escravos diretamente empregados no negócio do óleo de palma. Ao invés de serem vendidos como itens de exportação, esses escravizados passaram a participar de todo o processo de produção da mercadoria.

A necessidade de mão de obra aumentou tanto na África Central como na África Ocidental, principalmente depois de 1850. Os escravizados eram utilizados não somente na produção da mercadoria, desde seu processo de plantio e beneficiamento, mas também no seu transporte do interior para o litoral continente. Alguns estudiosos cogitam que as populações escravizadas teriam atingido entre 20 e 50% da população total em algumas regiões.

As formas de trabalho coercitivo já eram práticas antigas nas sociedades africanas, assim como em outras partes do mundo. Devemos entender que as condições de vida e a maneira como esses escravizados se relacionavam com outros indivíduos podiam variar. Ou seja, os escravos não eram um grupo homogêneo, que possuía as mesmas características em todas as partes da África. As tradições de cada região tinham papel decisivo nos seus laços de dependência. Eles eram assimilados de maneira diferente, podendo até mesmo participar ativamente da vida da comunidade, em alguns casos, como evoluir na hierarquia familiar e política local.

Mas, os escravizados eram os únicos que trabalhavam com o óleo de palma? Certamente outras pessoas estavam envolvidas na produção, beneficiamento e transporte da mercadoria. Regiões como o sudeste da Nigéria, que mesmo tendo perdas populacionais por conta do tráfico de escravizados, detinham altas densidades populacionais. Daí, elas podiam inverter a quantidade necessária de mão de obra na produção da mercadoria.

Com isso, concebemos que a produção do óleo de palma não esteve restrita somente à *plantation* escravista. A presença de pequenas e médias unidades produtivas também foi importante. Da mesma forma que o trabalho feminino, que ocorria em todas as fases, principalmente no beneficiamento. Ainda que as mulheres pudessem se apropriar de partes das divisas do comércio da mercadoria, o controle dela e do próprio trabalho feminino ficava a cargo dos homens.

Basicamente eram dois os métodos de beneficiamento do óleo de palma. O primeiro método aproveitava a existência das amplas redes de rios, córregos e riachos. Colocavam o fruto em canoas e deixavam a água entrar para a fermentação do produto. Depois pisavam para sacar sua polpa, que era lavada com a própria água. O segundo método consistia em pilar os frutos logo após fervidos. Em pequenas quantidades espremiavam e retiravam o óleo à mão.

Interessante perceber que em ambos os casos as frutas frescas deveriam ser transportadas até 24h após sua colheita. Após o beneficiamento, o azeite de dendê precisava ser transportado para as zonas litorâneas. O transporte fluvial em canoas era o que predominava, já que se tratava de uma mercadoria pesada. O que não excluía a possibilidade da existência de muitos carregadores que transportavam o produto pelas vias terrestres.

Já nas zonas litorâneas do continente africano, predominavam os grandes negociantes. Os portos do delta do Rio Níger chegaram a representar cerca de 85% das exportações do óleo de palma. Por diversas razões os europeus tinham dificuldades de entrar no território africano. Somente a partir da década de 1840 que as condições do comércio costeiro começaram a mudar. Progressivamente, ingleses, franceses conseguiram obter maior acesso à áreas mais interioranas. Mas esse processo só será possível em finais do século, como veremos mais adiante.

Vejamos agora alguns números desse comércio. A tabela abaixo (Tabela 2) nos dá uma ideia do crescimento do negócio do óleo de palma a partir de cinco áreas exportadoras do produto, todas elas na África Ocidental. Percebemos o crescimento de boa parte delas, assim como o destaque da região do delta do rio Níger como a principal exportadora do período.

| Região | 1830's | 1850's | 1870's |
|----------------|---------------|---------------|---------------|
| Costa do Ouro | 1.000 | 1.500 | 7.000 |
| Daomé | - | 3.000 | 2.000 |
| Porto-Novo | - | 3.000 | 2.000 |
| Lagos | - | 4.000 | 5.000 |
| Delta do Níger | 12.000 | 25.000 | 30.000 |

Tabela 2: Média anual de toneladas de óleo de palma exportadas (1830-1870).

Fonte: MANNING, Patrick. Slaves, Palm Oil, and Political Power on the West African Coast. *African Historical Studies*, Vol. 2, No. 2., 1969, p.279-288.

No decorrer do século, as mudanças e permanências típicas do continente africano foram tão importantes quanto as mudanças vindas de fora. Precisamos entender que a história da África não pode ser reduzida a uma interpretação que coloque os fatores externos em primeiro lugar. A história do século XIX no continente é uma história de séculos de interação e apropriação da natureza por parte das sociedades que lá viviam.

Contudo, temos que admitir que essa capacidade de adaptação dos povos africanos às conjunturas teve um elemento diferenciado no século XIX. Quer dizer, o que de fato distinguiu o século XIX dos períodos anteriores não foi exatamente a mudança, mas o ritmo em que ela se deu. O aumento da produção do óleo de palma foi acompanhado de uma série de transformações internas que ocorreram de maneira muito rápida.

Dentre essas rápidas mudanças, podemos destacar a mobilização da mão de obra nas terras de colonização interiorana. Esse processo de produção de mercadorias em larga escala propiciou o surgimento de grandes espaços econômicos no interior do continente, que se estabeleciam como novas fronteiras econômicas.

Um vasto sistema de trocas radiava entre as zonas internas e a costa. O comércio partia do interior em direção ao litoral, para depois ganhar os oceanos, não o contrário. Temos que lembrar que a expansão do comércio só foi possível por conta de uma estrutura de trocas locais e regionais que vinha se consolidando em tempos anteriores ao século XIX.

As transformações no continente africano só ocorreram no plano econômico?

O desenvolvimento das relações comerciais provocou profundas mudanças sociais e políticas. Podemos dizer que a necessidade de mão de obra para o desenvolvimento da cultura do dendezeiro implicou em três grandes movimentos. Primeiro, o surgimento de novos grupos sociais; segundo, a luta entre as unidades políticas por mercados mais dinâmicos; e finalmente, o aumento do tráfico interno de escravos.

O comércio do óleo de palma foi capaz de manter a hierarquia e a posição de domínio dos chefes locais. Porém, em muitos casos, essa condição foi desestabilizada. Isso porque os negócios envolvendo a mercadoria também foram capazes de criar novas categorias sociais. Um considerável número de indivíduos conseguiu alcançar a mobilidade social.

Surgiram assim novas categorias sociais. Elas eram compostas em sua maior parte por indivíduos que não realizavam as tarefas agrícolas. Relacionados ao comércio, eram

atacadistas, novos comerciantes, coletores de impostos que se fixaram na maioria das vezes nos centros urbanos. Esses grupos também tiveram possibilidades de acesso à educação formal ou o contato direto com os europeus e a cultura ocidentalizada.

A estratificação social também possibilitou a ascensão de grupos guerreiros que se apropriaram do poder local. Com a estrutura estatal militarizada, eles buscaram manter a dinâmica do comércio local e do comércio de longa distância a fim de conseguir os recursos necessários para a manutenção no poder, a partir da aquisição de mais armamentos e mais munições.

Esse fenômeno nos leva a segunda mudança importante: o profundo desequilíbrio político. O século XIX não só assistiu a uma instabilidade no interior das unidades políticas. Essa instabilidade também aconteceu dentre os distintos poderes locais e regionais. As potências periféricas e rebeldes enxergavam a possibilidade de expansão e de maiores ganhos econômicos e sociais (armas, matrimônios, impostos, etc.).

Por fim, o terceiro eixo de mudança interna foi de caráter demográfico. Já dissemos que o tráfico transatlântico de escravos teve efeito importante na mudança do padrão demográfico na África. As relações de idade e sexo foram muito afetadas por conta desse fenômeno. O mesmo é verdade quando pensamos na escravização no interior do continente, já que a necessidade de mão de obra absorveu grupos próximos das áreas de cultivo e extração do dendezeiro.

Os deslocamentos populacionais ocorreram por conta da pressão demográfica relacionada a vários motivos. O já citado processo de expansão ou declínio dos poderes estatais, ou ainda fatores tais como: uso da terra e avanço das fronteiras, guerras, intempéries ambientais, epidemias, etc.

É impossível separar esses três fatores, muito menos dizer qual condiciona qual. Os fatores internos foram de suma importância para a História da África. As transformações sociais, políticas, demográficas são um exemplo disso. Contudo, não podemos nos esquecer do elemento externo, que no final do século vai ganhando cada vez mais importância nas relações envolvendo a África.

Como os fatores externos são explicados no contexto do final do XIX no continente africano?

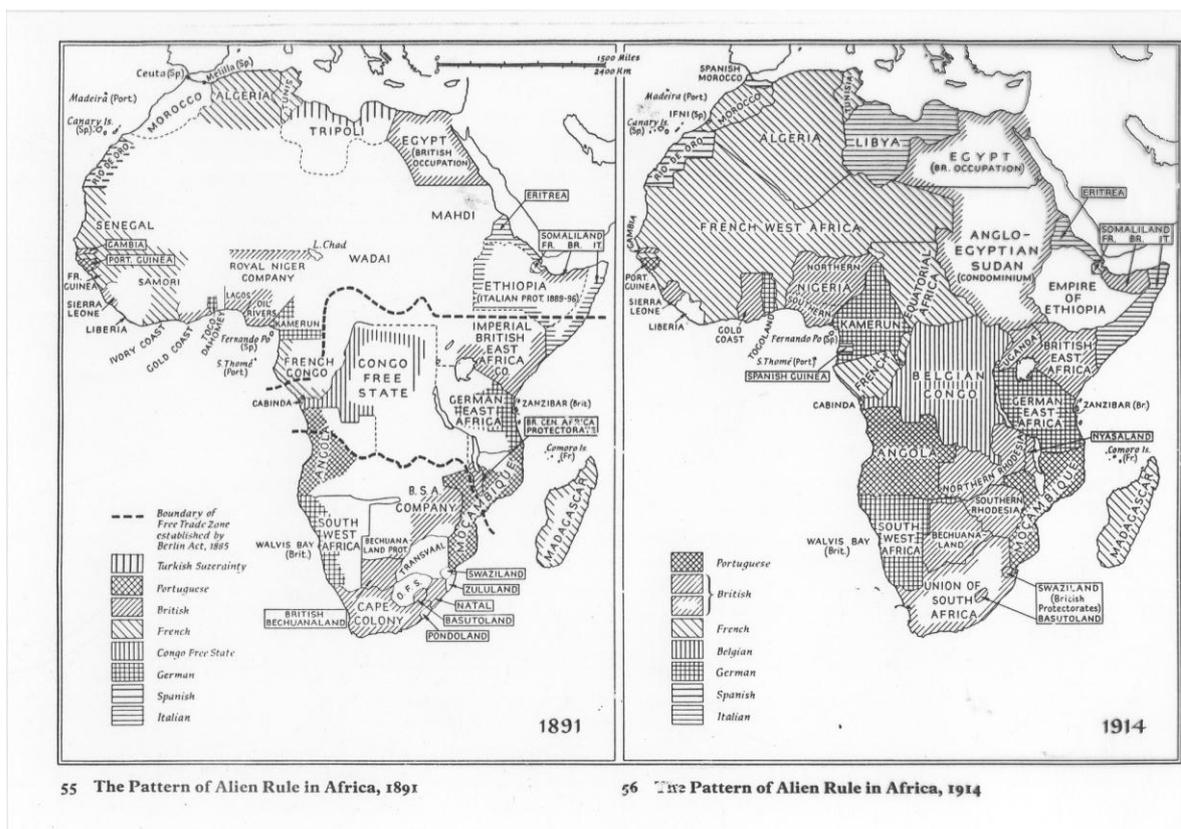
Até agora nós discutimos as principais transformações internas ocorridas na África do século XIX. Vejamos agora os fatores externos. É sabido que as grandes potências europeias

vinham, desde o século XVI, exercendo sua influência em diversas áreas do continente, seja através do tráfico de escravizados ou do comércio de mercadorias.

Ao final do século XIX, o litoral das regiões produtoras do óleo de palma já estava sob a esfera de influência de agentes comerciais e estatais europeus. Na África Ocidental, os franceses estavam presentes em Serra Leoa, Benim, Costa do Marfim, Gabão e Senegal. Os ingleses, em Serra Leoa, Costa do Ouro (Gana) e Nigéria. Já na África central, os portugueses estavam estabelecidos em Angola e os Belgas no interior rio Congo (Mapa 2).

Nesse período, comerciantes, exploradores, viajantes e missionários europeus agiam na África de maneira mais ou menos livre e independente, sem que suas nacionalidades fossem importantes. Esse panorama passou a se modificar completamente na medida em que o século avançava.

Nos anos 1870, as mudanças políticas e econômicas ocorridas na Europa foram importantes. Foi nesse período que o avanço da revolução industrial e da guerra a partir da organização e do fortalecimento dos estados nacionais se consolidou de fato. Com isso, as relações de forças entre as potências passaram a tomar contornos desiguais. A África seria então um elemento estratégico para o fortalecimento político e econômico dessas nações.



Mapa 2: Territórios coloniais da África (1891-1914)

Fonte: <<http://hcc.humanities.uci.edu/humcore/images/Africa/Africa1891-1914.png>>

Portanto, o evento demarcador dessa nova conjuntura foi Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885. O documento assinado por várias nações (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suécia) e reconhecido por tantas outras (como o Império Otomano e os Estados Unidos), oficializou a partilha da África. Em 1902, somente a Libéria e a Etiópia eram, pelo menos nominalmente, estados independentes da intervenção europeia (Mapa 2).

Outros tratados e associações em prol da abolição do tráfico transatlântico já vinham sendo firmados e organizados pelos países europeus antes de 1884. De fato, o que a Conferência de Berlim fez foi formalizar os espaços do continente africano que cabiam a cada potência. Começava aí o fenômeno chamado Imperialismo ou colonialismo.

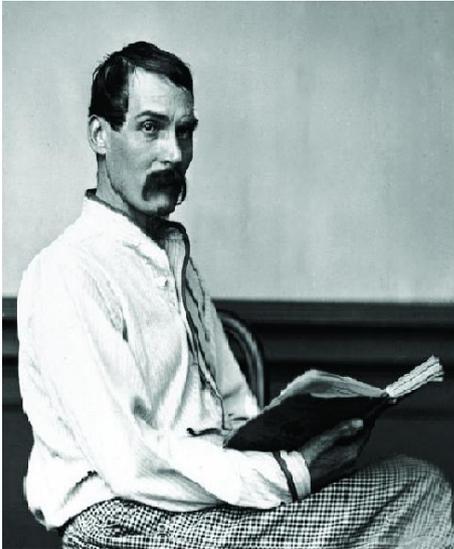
Mas como, de fato, as potências europeias interviram na África?

Várias foram as formas de intervenção europeia no continente africano. A criação de colônias e entrepostos comerciais, a ação dos missionários cristãos, a ocupação militar de zonas estratégicas e os acordos com os chefes africanos. Estes últimos tiveram papel importante, e dividiam-se em dois: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus.

Na prática, esses objetivos eram atribuídos às funções da administração local, e cumpridos de três maneiras: reforma dos sistemas judiciários, recurso ao trabalho forçado e instituição de impostos pessoais. As duas últimas fórmulas, dentre inúmeras instituições coloniais, foram as que mais perturbações provocaram, ao passo que a primeira talvez tenha sido a mais cuidadosamente planejada pelos europeus. Os objetivos concretos da colonização: manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra, primeiro para transporte de cargas e depois para construção de estradas e ferrovias, mas também para fins comerciais.

Ainda em finais do século XVIII os europeus passaram a organizar expedições para o reconhecimento do interior do continente africano. Aspectos geográficos, demográficos, econômicos e políticos tornaram-se os principais focos de interesse. Surgiu nessa época um novo tipo de herói: o explorador/viajante europeu. Homens como Mungo Park, Hugh Clapperton e os irmãos Lander descreviam de maneira heroica, por exemplo, suas sagas pelo território dos “Rios de óleo”, em referência às sociedades produtoras do azeite de dendê que transportavam a mercadoria pelas redes fluviais.

Estas expedições tornaram-se um programa de exploração científica em prol dos interesses imperiais. Os exploradores não agiam pelo simples interesse em conhecer um novo mundo. Recolhiam tanto os dados científicos como as informações de ordem político-estratégica. “Descobrir” significava naquele momento “apropriar” de todo o continente, -se – o continente, que já estava habitado por milênios.



THE
LAKE REGIONS OF CENTRAL AFRICA

A PICTURE OF EXPLORATION

BY
RICHARD F. BURTON

Capt. H.M. S. Army & Fellow and Hon. Member of the Royal Geographical Society

"How to discover secrets for ever" — Shakespeare

IN TWO VOLUMES
VOL. I.

Ao lado: O viajante inglês Sir. Richard Francis Burton, que também esteve no Brasil, e a folha de rosto de uma de suas obras, “A região dos lagos da África Central”, publicada em 1860.

Que tal pesquisar um pouco mais sobre Burton? Use a internet para descobrir suas obras e sua trajetória de vida.

Junto aos exploradores, os missionários cristãos contribuíram para a reprodução do regime colonial. As missões possuíam um caráter público. Os missionários não estavam apenas a serviço da fé, mas também tinham a função de organizar o cotidiano de acordo com os padrões ocidentais europeus. Isso porque todas as esferas da vida diária perpassavam pela igreja, desde os registros econômicos, a coleta de impostos, até as contagens sociais, a educação e a saúde.

The White Man's Burden

(Rudyard Kipling)

Take up the White Man's burden
Send forth the best ye breed
Go, bind your sons to exile
To serve your captives' need;
To wait, in heavy harness,
On fluttered folk and wild—
Your new-caught sullen peoples,
Half devil and half child.

Take up the White Man's burden
In patience to abide,
To veil the threat of terror
And check the show of pride;
By open speech and simple,
An hundred times made plain,

To seek another's profit
And work another's gain.

Take up the White Man's burden
The savage wars of peace—
Fill full the mouth of Famine,
And bid the sickness cease;
And when your goal is nearest
(The end for others sought)
Watch sloth and heathen folly
Bring all your hope to nought.

Take up the White Man's burden
No iron rule of kings,
But toil of serf and sweeper—
The tale of common things.
The ports ye shall not enter,
The roads ye shall not tread,
Go, make them with your living

And mark them with your dead.

Take up the White Man's burden,
And reap his old reward—
The blame of those ye better
The hate of those ye guard—
The cry of hosts ye humour
(Ah, slowly!) toward the light:—
“Why brought ye us from bondage,
Our loved Egyptian night?”

Take up the White Man's burden—
Ye dare not stoop to less—
Nor call too loud on Freedom
To cloak your weariness.
By all ye will or whisper,
By all ye leave or do,
The silent sullen peoples
Shall weigh your God and you.

Take up the White Man's burden!
 Have done with childish days—
 The lightly-proffered laurel,
 The easy ungrudging praise:
 Comes now, to search your
 manhood
 Through all the thankless years,
 Cold, edged with dear-bought
 wisdom,
 The judgment of your peers.

O fardo do homem branco

(Rudyard Kipling)

Tomai o fardo do Homem Branco
 Enviai vossos melhores filhos
 Ide, condenai seus filhos ao exílio
 Para servirem aos vossos cativos;
 Para esperar, com chicotes
 pesados
 O povo agitado e selvagem
 Vossos cativos, tristes povos,
 Metade demônio, metade criança.

Tomai o fardo do Homem Branco
 Continuai pacientemente
 Ocultai a ameaça de terror
 E vede o espetáculo de orgulho;
 Ao discurso direto e simples,
 Uma centena de vezes explicado,
 Para buscar o lucro de outrem
 E obter o ganho de outrem

Tomai o fardo do Homem Branco
 As guerras selvagens pela paz
 Enchei a boca dos famintos,
 E proclamai o cessar das doenças
 E quando o vosso objetivo estiver
 próximo
 (O fim que todos procuram)

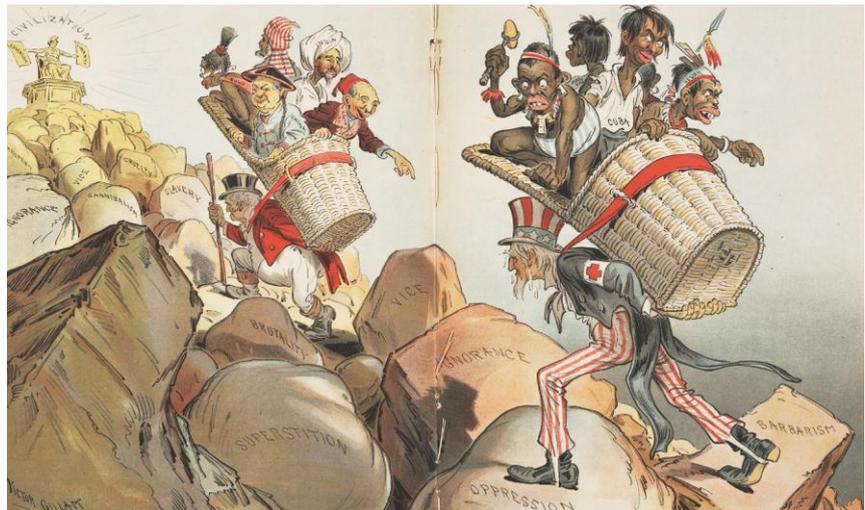


Figura 2: The White Man's Burden.
 Fonte: Judge magazine, 1 April, 1899.

Assisti a indolência e loucura pagã
 Levai toda sua esperança ao nada

Tomai o fardo do Homem Branco
 Sem a mão de ferro dos reis,
 Mas o trabalho penoso de servos
 A história das coisas comuns
 As portas que não devei entrar,
 As estradas que não devei passar,
 Ide, construí-as com as suas vidas
 E marcai-as com seus mortos.

Tomai o fardo do Homem Branco
 E colhei vossa recompensa de sempre
 A censura daqueles que tornais melhor
 O ódio daqueles que guardais
 O grito dos reféns que vós ouvi
 (Ah, devagar!) em direção à luz:
 “Por que nos trouxeste da servidão,
 Nossa amada noite no Egito?”

Tomai o fardo do Homem Branco
 Não tendais impedir
 Não clameis alto pela Liberdade
 Para ocultar sua fadiga
 Por tudo que desejai ou confidenciai
 Por tudo que permitir ou fizer
 Os povos soturnos e calados
 Medirão vosso Deus e vós.

Tomai o fardo do Homem Branco!
 Acabaram-se vossos dias de criança
 O prêmio leve ofertado
 O louvor fácil e glorioso:
 Vinde agora, procura vossa virilidade
 Através de todos os anos difíceis,
 Frios, afiados com a sabedoria
 adquirida,
 O reconhecimento de vossos pares.

Seria interessante você levar o poema The White Man's Burden para suas aulas de inglês. A partir dele, você poderá aprender vários aspectos da língua, além de discutir com o professor quais foram as estratégias de discurso utilizadas para justificar a ação colonial.

Agentes estatais, grandes comerciantes, exploradores e missionários passaram a agir de maneira cada vez mais organizada, unidos sob a bandeira dos interesses nacionais. Esses grupos justificavam a colonização a partir de ideias muito particulares. Seus discursos defendiam um plano de ação voltado para cristianizar, civilizar e levar os benefícios do livre comércio aos povos africanos. Essa perspectiva ficou reconhecida na época como o “Fardo do homem branco”. Era um tipo de concepção racista que colocava os europeus como os difusores da civilização e os africanos como selvagens, bárbaros, sem culturas, organizações políticas e relações econômicas.



Acima: Propaganda do sabonete Pears' Soap, que diz "Eu achei PEARS' SOAP incomparável para as mãos e pele" (1900)

Ao lado: Outra propaganda da mesma marca. "O primeiro passo para aliviar o fardo do homem branco é através do ensino das virtudes da limpeza. Pears' Soap é um fator potente em iluminar os cantos escuros do planeta à medida que a civilização avança. Entre os cultos de todas as nações, possui o lugar mais elevado – é o sabão ideal para banho". (1884)

A publicidade serve para pensarmos as práticas de consumo e os aspectos sociais em torno da nascente indústria de cosméticos. Procure saber um pouco mais sobre o tema

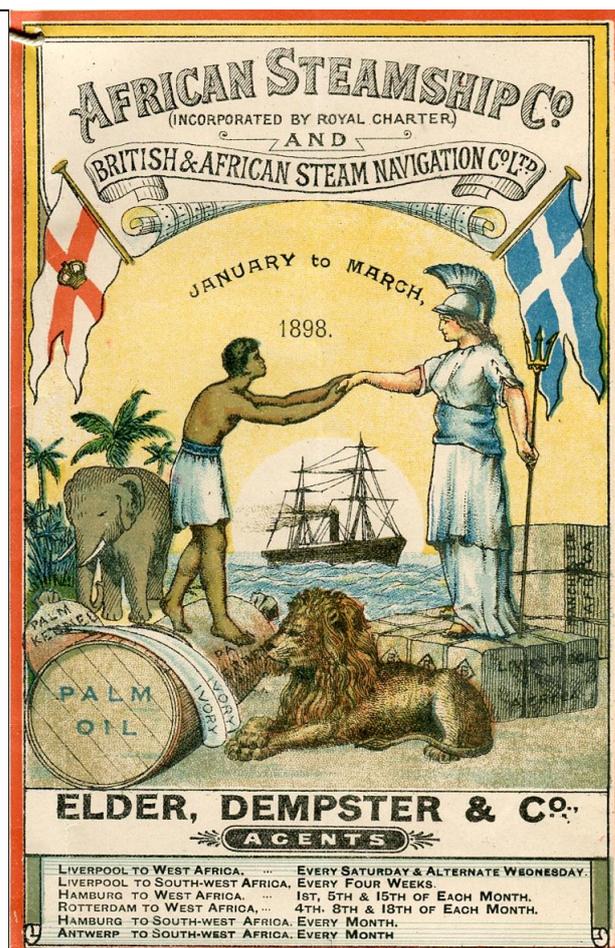
Os interesses dos estados nacionais europeus não se consolidaram sem a ação do principal elemento no processo de colonização: o capital privado. Aliás, os interesses estatais e os interesses dos grandes empreendedores se misturavam. O colonialismo foi o tempo dos privilégios para as companhias europeias. No início da ação colonial, algumas delas foram capazes até mesmo de se encarregar da coerção para a manutenção da ordem. No início do século XX, homens como o industrial inglês William Hesketh Lever promoveram campanhas violentas para defender seus interesses econômicos e a supremacia perante as mercadorias em algumas regiões do continente.

Quando não agia diretamente, o capital privado financiava os custos das intervenções armadas dos estados nacionais em áreas estratégicas. As nações assumiam a responsabilidade pela apropriação das terras. Da mesma forma, era o estado que montava toda a estrutura política e administrativa nas colônias. Mas era o capital um dos grandes beneficiários do colonialismo na África.

Analisando imagens

Em 1852 a companhia de navios a vapor *African Steamship Company* começou a operar seus carregamentos entre a Inglaterra e a costa ocidental africana. O navio a vapor foi uma das principais inovações tecnológicas que dinamizaram o comércio dos produtos africanos para o continente europeu. A imagem ao lado apresenta as viagens e roteiros da companhia no período entre janeiro e março de 1898. A partir dessas e das informações presentes no texto, busque refletir sobre o tema, em dupla, a partir das seguintes perguntas:

- 1) O que está no centro da imagem?
- 2) Quais são as palavras que aparecem?
- 3) Como os europeus são representados? Qual a sua postura corporal?
- 4) Como os africanos são representados? Qual a sua postura corporal?
- 5) O que mais você consegue perceber?
- 6) Qual a relação dos seguintes elementos presentes na imagem: o navio e os pacotes que estão embaixo das duas figuras que representam o africano e o europeu?



A ação combinada de estado e capital levou à multiplicação de companhias e associações privadas com interesses na África. A conquista tinha como maior elemento de intervenção a construção de sistemas de transportes e comunicações. Os investimentos destas empresas forneceram os meios para que a interferência colonial europeia sobre novos territórios africanos fosse executada a partir das áreas já ocupadas. Sem dúvidas, as ferrovias construídas também com capital privado foram o fator de maior mortalidade no continente.

A primeira linha férrea da África Ocidental Britânica foi construída na década de 1890 em Serra Leoa. Sua linha principal alcançou 365 Km, ligando a costa ao interior do continente, sendo concluída no ano de 1909. Outras regiões seguiram o exemplo na virada do século e, em 1920, as principais linhas africanas já estavam prontas.

E a produção do óleo de palma continuou nesse período?

Já dissemos que uma das principais características do século XIX foi o ritmo em que as mudanças ocorreram em escala planetária. O período marca a transição dos “produtos de

luxo” para os “produtos de primeiras necessidades”. Muitas mercadorias que eram de difícil acesso e de uso de poucos passaram a ser produzidas em grande escala e mais pessoas passaram a consumi-las. Enquanto o óleo de palma e outros gêneros agrícolas eram explorados na África, outros tantos produtos eram amplamente cultivados nas áreas tropicais da América e da Ásia.

O setor exportador africano tendeu a crescer rapidamente. Além das culturas antigas como a do dendezeiro, novas culturas foram difundidas no interior do continente. A exportação contava com uma ampla gama de produtos, não só agrícolas, mas também os minerais, que tiveram papel importante para as indústrias europeias no período. Na África Central, o cobre foi uma das principais mercadorias no Congo e Zâmbia. Ainda nesta parte do continente, Angola foi capaz de produzir algodão, café, cana-de-açúcar, sisal, milho e diamantes.

Na África Ocidental podemos destacar: cacau na Costa do Ouro; madeira no Gabão e na Costa do Marfim; banana na Guiné; na Nigéria, cacau, algodão e amendoim; amendoim no Senegal e na Gâmbia (Mapa 3). Outras regiões do continente também se especializaram nessas mercadorias, a exemplo do café e do algodão em Uganda; do café na Tanzânia; e do ouro e dos diamantes na África do Sul. Importante observar que essas mercadorias puderam ser produzidas de maneira concomitante em diversos espaços, pois a existência de uma não necessariamente excluía outra, pelo contrário, essa abundante produção em diferentes regiões do continente foi muito desejada por agentes políticos europeus e fez parte dos seus projetos no momento da divisão dos territórios africanos no final do século XIX.

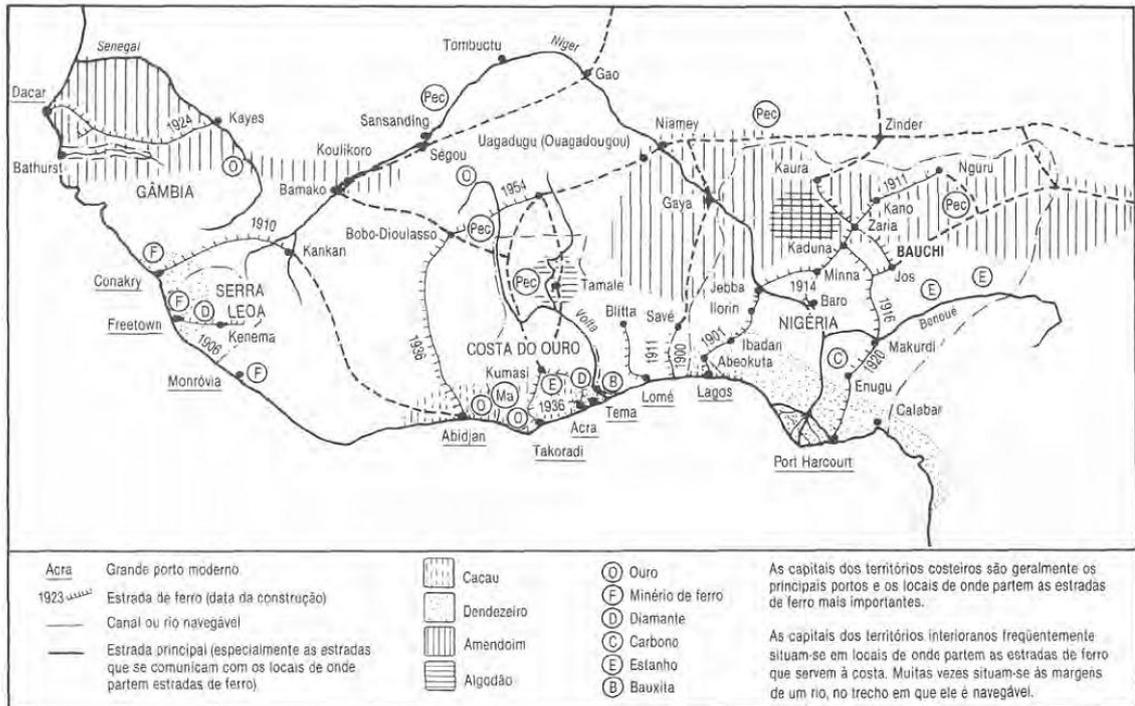


FIGURA 16.2 África ocidental: desenvolvimento econômico das antigas zonas britânicas. (Fonte: Oliver e Atmore, 1972.)

Mapa 3: Atividades econômicas da África Ocidental.

Fonte: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História Geral da África** – Vol. VII – África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, 2010, p.447.

A crescente inserção do óleo de palma nos circuitos mercantis de longa distância durante o período colonial não afetou de fato o seu sistema de produção. Isso porque os métodos de cultivo e beneficiamento do produto continuaram muito semelhantes aos que eram praticados séculos atrás.

Mas se não houve qualquer tipo de inovação técnica significativa, como se deu o aumento da produção? A resposta reside em um dos pontos mais discutidos ao longo deste livro. A questão da coerção do trabalho. O mercado do azeite de dendê e de outras mercadorias só foi possível com a expansão da fronteira, da intensificação e do aumento do uso da mão de obra.

Quais foram as consequências do colonialismo na África?

O colonialismo na África carrega uma carga de brutalidade que não se apaga facilmente. Interesses públicos e privados se misturaram, e foram capazes de produzir experiências traumáticas. A exploração do trabalho, o confisco das terras, as guerras, a alta taxa de mortalidade, a pressão fiscal, dentre outras práticas, fizeram parte do cotidiano das relações coloniais.

Mas como já dissemos, é impossível perceber a intervenção europeia sem considerar como os próprios africanos vivenciaram esse período. Não podemos conceber o imperialismo como um fenômeno meramente europeu. Isso quer dizer que diversas foram as estratégias tomadas pelos dirigentes africanos. As possibilidades perpassavam desde a submissão, passando pela aceitação da situação colonial, a aliança com os poderes europeus, até o confronto. Essas estratégias eram traçadas de acordo com as condições do momento e com as possibilidades de resistência a grupos africanos antagônicos ou inimigos.

Em alguns casos, chefes, negociantes e outros indivíduos africanos poderiam obter vantagens com a manutenção da situação colonial. Vantagens sobre estados vizinhos, a soberania dos súditos, ou a manutenção do território fora do foco de outras nações europeias eram fatores que pesavam nas decisões dos mandatários locais.

Em outros casos, os embates foram mais diretos explícitos, como nos casos das rebeliões e dos conflitos internos. Mas as revoltas e rebeliões não foram as únicas formas de resistência adotadas, a exemplo das emigrações em massa das grandes áreas rurais. Enquanto isso, nos centros urbanos, outros tipos de manifestação surgiram: greves, protestos, uso da imprensa e da justiça.

Conclusão

O que a história das empresas do ramo de alimentos, cosméticos e afins citadas no início de nossa conversa tem a ver com esta história? A resposta é simples. Percebemos que foi nos séculos XIX e XX que surgiram essas indústrias, como parte do processo de transição das mercadorias de luxo para as mercadorias de primeira necessidade. Muitas empresas surgidas naquele período continuam na ativa, como a fundada por William Hesketh Lever, detendo parcelas significativas do mercado mundial.

Hoje consumimos uma gama de produtos à base do azeite de dendê sem nos darmos conta dos conflitos que envolvem a sua produção, o seu beneficiamento e o seu transporte. As denúncias dos crimes cometidos diariamente já não envolvem tanto os países africanos, uma vez que grande parte da produção se encontra na Ásia. No entanto, podemos perceber que estes conflitos e problemas não são uma exclusividade dos dias atuais. Eles estão na própria raiz do surgimento da indústria, entre os séculos XIX e XX.

Para uma semelhante compreensão deste processo, poderíamos ter elegido outra mercadoria, que não o óleo de palma, como é o caso da borracha ou da noz de cola africana. Em todo caso, fato é que o colonialismo foi o tempo da apropriação do trabalho, mesmo sob

uma forte ideologia do trabalho livre. Da mesma forma, o colonialismo também foi o tempo de apropriação do conhecimento africano em relação às espécies nativas para o desenvolvimento dessa indústria que atualmente nos veste, nos move e nos alimenta. Mas não devemos nos esquecer da complexidade deste fenômeno. Cabe repensarmos a relação de forças (muitas das vezes desigual), que envolve as mercadorias, e o papel desempenhado por indivíduos e grupos sociais em distintos espaços em um mundo cada vez mais conectado.

Referências

- BURTON, Richard. **The lake regions of Central Africa**. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1860.
- CONRAD, Josep. **O Coração das trevas**. São Paulo: Landmark, 2011.
- FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p.167-212.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula - Visita a História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph; et al (Org.). **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2010, v.1-8.
- LAW, Robin (Org.). **From slave trade to 'legitimate' commerce**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MANNING, Patrick. Slaves, Palm Oil, and Political Power on the West African Coast. **African Historical Studies**, Vol. 2, No. 2., 1969, p.279-288.
- PABST, Gustav (Org.). **Köhler's Medizinal-Pflanzen**. Gera; Untermhaus: Verlag von Fr. Eugen Köhler, 1887.
- PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999.
- SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

PROTFÓLIO

Eu, Bruno Novelino Vittoretto, possuo graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Desde o início de minha trajetória acadêmica despertei o interesse pela história regional. Dessa forma, minhas investigações incidiram no estudo sobre a cafeicultura na região da Zona da Mata mineira, com ênfase nos sistemas agrários. Mais especificamente, buscarei compreender as transformações da terra e do trabalho no período compreendido entre 1830 e 1940, abordando temas como mercado mundial, degradação ambiental, escravidão e transição do trabalho. Dessa forma, busquei realizar um aprofundamento da História Econômica com pontuais imersões no campo da História Ambiental.

Minha intenção em ingressar no curso de especialização em História da África compunha-se em um primeiro momento de diversas motivações. A primeira delas se inseriu no marco dos arranjos institucionais ocorridos nas duas últimas décadas. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394) de 1996, até as modificações ocorridas na mesma nos anos 2000 com a publicação das leis 10.639 e 11.645, faz-se necessário o aprimoramento do profissional de educação no campo do conhecimento envolvendo o continente africano. Os interesses pessoais e profissionais também se misturaram, já busquei preencher uma lacuna deixada no curso de graduação em História da UFJF, realizado entre 2005 e 2009, quando ainda não possuía a disciplina História da África em seu currículo. De outro lado, o papel desempenhado pelos africanos e afrodescendentes na constituição da sociedade brasileira – sistematicamente tangenciado em meu objeto de pesquisa nos últimos seis anos – a partir de um ponto de vista elaborado pelos mesmos, através de ferramentas disponíveis ao historiador, era um elemento que intencionava compreender mais detidamente.

As expectativas quanto ao curso foram elencadas entre as de curto prazo e as de médio prazo. No curto prazo, projetei aproveitar o curso no seu processo de compartilhamento de experiências com os corpos docente e discente para um constante aprofundamento no contato com a bibliografia especializada – com ênfase nas fontes e nos discursos elaborados pelos africanos e seus descendentes; na busca da compreensão de sua diversidade nos aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e geográficos. Mais importante do que esse contato, intencionava desenvolver a habilidade de aplicar todas essas experiências no campo de atuação da educação básica ao longo de minha carreira.

Já no médio prazo, pretendia a realização de um trabalho de maior fôlego, investigando uma das matrizes discutidas no curso, qual seja a experiência africana no Brasil.

O projeto consistiria em desenvolver uma pesquisa baseada em fontes primárias já sistematizadas ao longo de seis anos de investigações na pós-graduação. Para além da contribuição no debate travado na historiografia de Minas Gerais sobre o tráfico de escravos e a reprodução natural, minha intenção seria tentar compreender a inserção do africano numa região agroexportadora, e sua experiência dentro do regime escravista brasileiro. Ou seja, a busca da identidade desses agentes históricos, para além da questão da mão de obra, e seus desdobramentos na população remanescente da cidade de Juiz de Fora no que diz respeito a essas mesmas experiências.

Entre setembro de 2015 e agora, novembro de 2016, alguns pontos dessa descrição foram modificados tanto pelo próprio contato real com o curso, quanto pelas mudanças ocorridas em minha vida acadêmica e profissional. Hoje, com todas as discussões realizadas ao longo de alguns meses de curso, posso fazer uma análise um pouco mais aprofundada das questões que estamos interessados em compreender. Portanto, cabe extrapolar uma reflexão ou uma apresentação mais atual do que faço ou do que fiz profissional ou academicamente nos últimos anos e, tentar um retorno de minha trajetória enquanto indivíduo – fundamentalmente imerso no contexto social do qual faço parte – desde a infância.

Dentre os espaços de atuação da esfera humana, a instituição da família destaca-se como elemento formador elementar do indivíduo. É interessante notar como a questão em torno do negro e da africanidade se deu – e ainda se dá – entre meus familiares. Minha família paterna é proveniente de uma zona rural do município de Matias Barbosa, Minas Gerais. Em princípios do século XX, essa municipalidade absorveu um significativo fluxo de imigrantes italianos, alocados, sobretudo, nas atividades rurais da cafeicultura e da produção de outros gêneros agrícolas. Da mesma forma, minha família materna é proveniente da imigração de italianos, estabelecidos em outro município da região da Zona da Mata mineira, Simão Pereira. Diferentemente do caso da família de meu pai, os ascendentes de minha mãe se estabeleceram no núcleo urbano da cidade, desenvolvendo atividades de caráter industrial e comercial.

No entanto, o caso de minha família paterna é mais exemplar de como a memória do negro foi seletivamente silenciada. Meu avô paterno, filho de italianos, porém nascido no Brasil, casou-se com uma mulher negra da região e teve oito filhos. Cabe salientar que meu pai e meus tios tiveram um restrito acesso à educação formal. Nenhum deles sabe sequer as informações básicas sobre a procedência da parte italiana da família (quem foram os primeiros a chegar ao Brasil; de qual região, cidade ou porto italianos vieram; qual seria a grafia correta ou original do sobrenome; etc.). Mesmo assim, reforçam um discurso de

“italianidade”, reivindicando uma identidade europeia, por achar isso muito importante, ainda que tampouco saibam uma palavra no idioma de seus ancestrais. Já do outro lado, pouco ou quase nada escutei sobre a família de minha avó (quem eram os pais dela, de onde vieram, etc.). Curioso que tentam, inclusive, inserir minha avó no padrão europeu, dizendo que ela provinha da região da Calábria, aonde as pessoas são mais “morenas”, o que para mim, é praticamente impossível – creio que minha avó era descendente de escravos de alguma das grandes fazendas de café oitocentistas do município.

Outro ponto a ser destacado é que fenotipicamente, meus tios e pai estão visivelmente muito distantes de um padrão europeu. Pelo contrário, carregam todas as características negras de minha avó. Isso é uma marca muito forte em minha família, que eu já havia questionado, porém, nunca tinha de fato sistematizado a partir dessas reflexões. Tenho tentado compreender como isso funciona na cabeça de meu pai e de meus tios, nas oportunidades que surgem. Fato é que minha família representa um modelo bem sucedido da política de branqueamento, ao apagar a memória do negro. Essa seletividade de memória foi alimentada por meus tios e agora é alimentada por meus primos, que reproduzem essa identificação com o elemento europeu aos seus filhos, assim como fazem questão do sobrenome, ainda que não saibam muito mais além das informações reportadas pela geração anterior. Nesse sentido, sou fruto do silenciamento da identidade negra, em que a memória desejável é a branca, além de católica, patriarcal, etc.

Outra instituição a ser exemplificada trata-se do ambiente escolar. É bastante dificultosa a tarefa de lembrar aspectos referentes a essa questão que marcaram minha trajetória escolar. E quanto mais distante no tempo, mais difícil se torna. Desconsiderando a educação infantil, posso dizer que minha trajetória escolar se resume em dois momentos distintos. Durante todo o ensino fundamental estudei em um colégio particular, católico, na cidade de Juiz de Fora. O cotidiano da escola era permeado por uma disciplina rígida: fazer fila, cantar o hino da instituição, rezar as orações, etc. Daquele momento, a década de 1990, consigo lembrar-me da presença de pouquíssimos negros em toda a escola. Na minha turma especificamente, havia apenas uma jovem negra que era alvo de muita discriminação por parte de todos os colegas. Hoje, percebo que a escola foi incapaz de intervir nas situações diárias com as quais essa criança convivia, a não ser uma repressão muito tímida a algumas atitudes em relação a ela.

Quanto ao ensino, principalmente na disciplina de História, o negro foi sempre identificado como escravo. Parece que os livros didáticos e a própria prática dos professores oscilavam entre duas perspectivas: a do escravo coisificado e a do mito da democracia racial.

Muito marcantes eram as festividades como o dia do índio, dia da árvore ou as comemorações religiosas, principalmente aquelas identificadas com o próprio colégio. Contudo, não me recordo de nenhuma festividade relacionada ao negro – parece que foram de fato instituídas nos anos 2000 –, ou sequer um trabalho envolvendo a temática. Essa é a mesma percepção que tenho quando rememoro o ensino médio. Fui aluno de um colégio público federal no qual, embora tenha convivido com um número maior de pessoas negras, as mesmas visões se repetiram. A única lembrança que tenho sobre a África em si, nos dois casos (ensinos fundamental e médio) refere-se ao ensino de Geografia, cujos conteúdos chegaram a tocar em alguns pontos específicos. Coisas mais contemporâneas como a temática do Apartheid eram vistos, mas sempre se referiam àquela parte final do ano letivo, mais corrida.

Quanto às personalidades negras que foram referências para mim, posso citar alguns jogadores de futebol do Flamengo da década de 1990. Figuras que gostaria de ser, como o atacante Nélio e o zagueiro Júnior Baiano. Contudo, enxergava essas pessoas apenas como jogadores de futebol, não como negros. Já na adolescência, conheci alguns nomes da música como Bob Marley. Nesse período, de maneira contraditória, descobri mais profundamente a música negra do rock'n'roll encarnada nas bandas brancas britânicas e americanas, das quais definitivamente escolhi a minha tribo. Outros tantos espaços poderiam ser citados, como por exemplo, o bairro de classe média onde moro a mais de vinte anos, do qual consigo me lembrar de apenas duas famílias negras em universo de centenas de residências. Ou ainda a inexistência de super-heróis ou protagonistas de filmes que eu gostasse que eram negros, assim como, não ter tido um professor negro até cursar a especialização em História da África. Portanto, as personalidades e referências negras que tive, desde a família, passando pelo ensino, até outras maneiras de atuação individual, não foram determinantes – pelo menos de maneira consciente – em minha formação.

Feita essa breve descrição de minha trajetória de vida, é necessário contextualizar os antecedentes e os desdobramentos do curso de pós-graduação em História da África. Quando me inscrevi para esse curso encontrava-me em um período de incerteza quanto ao futuro de minha vida profissional, já que faltavam menos de seis meses para a defesa da tese de doutorado e nenhuma perspectiva de trabalho. Vários seriam os empecilhos para conseguir uma vaga de professor na educação pública na cidade de Juiz de Fora, aonde resido. A minha inexperiência (já que me dediquei exclusivamente à pós-graduação nos últimos seis anos) não me facilitava em nada no pleito a um contrato/designação para o ano que viria (2016). Somase a isso o fato de ter sido nomeado para um cargo de professor na Secretaria Estadual de Educação – cujo concurso prestei em 2011 – que não pude assumir, por estar realizando o

estágio de Doutorado Sanduíche fora do país. Esse trâmite desqualificou a colocação que eu possuía, mesmo para conseguir um cargo temporário via designação, uma vez que meu nome foi transferido para o final da listagem geral. Resumindo, as chances de um trabalho rápido seriam bem pequenas.

Os meses se passaram e, diante desse quadro, o setor privado foi a saída encontrada. Ocorre que menos de duas semanas após minha defesa, consegui um trabalho em uma faculdade particular no estado do Rio de Janeiro. E curiosamente, foi o fato de estar realizando uma pós-graduação em História da África que me colocou nesse emprego. Fui contratado para lecionar a disciplina História da África I – composta por uma carga horária de 80h – para o curso de História durante o primeiro semestre de 2016. Em aproximadamente cinco meses de trabalho, pude levar adiante um cronograma mais ou menos parecido com a estrutura dos módulos da pós-graduação. Ou seja, comecei com uma discussão sobre o imaginário; depois parti para uma análise da questão da legislação sobre o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira; encaminhei as reflexões sobre os livros didáticos; adentrei em uma discussão mais teórica e metodológica sobre as sociedades africanas; e por fim, terminei o curso com os seminários – de caráter mais conteudista (a história da África de fato) –, que foram apresentados pelos próprios alunos, mas com base no que foi discutido ao longo do curso.

No presente semestre estou tendo a possibilidade de dar continuidade ao trabalho com a segunda parte da disciplina. Em História da África II, embora com carga horária reduzida pela metade (40h), tenho tentado valorizar as ideias discutidas no curso anterior trazendo-as para os processos ocorridos no Brasil. Acredito que essa disciplina seja ainda mais importante de se trabalhar do que a primeira, por envolver aspectos mais próximos de nossas realidades – alunos e professor. No primeiro módulo, trabalhei a construção do racismo no Brasil e seus desdobramentos no que se refere às desigualdades relacionadas à cor. Já em uma segunda parte do curso, coloquei em perspectiva o histórico de opressão, mas com ênfase nas lutas, resistências e estratégias das quais as populações negras utilizaram – e ainda utilizam – ao longo de séculos. Por fim, o último módulo, ainda em curso, tentará levar os alunos a uma reflexão sobre todo o legado africano – religião, música, culinária, língua, etc. – em nosso país. Cabe destacar que a intenção é que em todos os casos serão consideradas as realidades do presente para uma análise dos temas. Isso é mais ou menos o que venho desenvolvendo ao longo do curso, mas que pode e deve ser modificado nas próximas oportunidades em que eu tiver de lecionar essas mesmas disciplinas.

Nesse semestre também estou ministrando outras disciplinas. História do Brasil República para o curso de História e História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, para o curso de Pedagogia. Na última, cuja carga horária é reduzida à metade (40h), tentei adaptar e condensar as discussões referentes às duas disciplinas de História da África. Da mesma forma, os conteúdos referentes aos indígenas estão sendo acrescentados nas discussões. Porém, fica extremamente difícil reunir esse amplo tema em uma disciplina tão curta. O que tenho feito é focar mais a questão do negro do que a do indígena, já que o curso de Pedagogia não possui as duas histórias da África e, ser a realidade do negro muito mais presente para o contexto e o lugar desses alunos no presente.

Um fato importante a ser citado são as próprias dificuldades em se trabalhar esse conteúdo com os alunos. Mais uma vez, a minha inexperiência na prática da sala de aula é um ponto a ser considerado. Por outro lado, o público da faculdade é bem homogêneo, pois praticamente todos trabalham durante o dia todo (além de conviverem com outros fatores como a demora no deslocamento casa/trabalho, os filhos, os afazeres domésticos, etc.), o que diminui o desempenho da turma. Muitos não conseguem ler os textos, a frequência nas aulas é bem difusa, além da própria situação deficitária que os alunos chegam ao curso, principalmente em relação ao desenvolvimento da escrita e à abstração para a leitura dos textos. Em que pesem todas essas dificuldades, os momentos dos debates e o decorrer das aulas são bem interessantes, pois conto com a participação ativa da classe. Estou tentando me adaptar ao máximo à realidade desse processo que envolve a mim mesmo, os demais alunos e a faculdade como um todo, para conseguir sacar o melhor possível dessa experiência.

Essas são algumas das questões que já estou conseguindo colocar em prática, de acordo com o que vivenciei no curso. E falando especificamente do Pós Afrikas, acredito que esteja bem estruturado, com a presença de inúmeros especialistas que aprofundam de maneira rica as discussões propostas. Contudo, o fato mais marcante para mim – e talvez para a maioria dos discentes –, até o presente momento, foi uma atividade realizada fora do espaço da sala de aula. A visita ao Museu da Maré, no Rio de Janeiro, foi uma experiência única. Tive a oportunidade de visitar muitos museus, dentro e fora do Brasil, mas, esse lugar de memória foi o mais marcante. Ao final desse ou do próximo semestre, pretendo levar meus alunos para uma visita ao museu, fazendo um trabalho similar ao que foi feito conosco, considerando a questão da valorização da memória e das identidades, assim como os silenciamentos em torno desses elementos.

Pensando na questão do silêncio e da memória, outro ponto que havia destacado na primeira versão da minha carta de intenção foi a de um possível desenvolvimento de uma

pesquisa sobre a questão dos africanos no município de Juiz de Fora. Após algumas sessões do curso me dei conta de que embora tenha despertado o interesse pela história local, sabendo da massiva participação dos africanos e afro-brasileiros na constituição do município de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata, nunca pensei em aprofundar esse tema. Na realidade, sempre reproduzi em minhas pesquisas a ideia do africano somente como escravo. Por interessar-me na questão da mão de obra utilizada na cafeicultura, analisei centenas de inventários *post-mortem* onde o negro (africano ou não) aparece somente como cativo. Portanto, o tipo de história que me propus a escrever não analisa o escravo como agente social em sua plenitude, mas a partir de uma visão cristalizada na historiografia mais tradicional.

Da mesma forma, fico pensando como seria possível – aproveitando o conjunto de fontes sistematizadas que já possuo – pesquisar o tema do africano e do afro-brasileiro na região por esse viés mais emancipatório e, não cheguei a nenhuma conclusão senão a necessidade de pesquisa em mais fontes para um possível cruzamento de dados. Também me questiono se isso seria de fato interessante, já que o curso me abrirá a possibilidade de produzir um material didático. Penso que seria mais importante realizar um trabalho de caráter mais aplicado, fugir um pouco do padrão acadêmico que reproduzi durante anos e, que na prática, não se estabelece como um elemento transformador intrínseco da realidade.

Nesse sentido, escolhi o tema “Óleo de palma: circuitos mercantis e relações de trabalho em África” para a elaboração do TCC, que contará com a orientação da professora Elaine Ribeiro. Primeiramente, a escolha desse objeto está totalmente relacionada à minha trajetória enquanto pesquisador. A História Econômica sempre foi minha principal referência, uma vez que escolhi a cafeicultura como objeto de investigação durante seis anos. No decorrer de minhas pesquisas sobre mercado mundial e commodities, tomei contato com uma bibliografia denominada *Global Commodity Chains*. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar que busca analisar a trajetória da mercadoria, ou mais especificamente, coloca a centralidade do processo de pesquisa na mercadoria para poder discutir diversos temas que a envolvem – trabalho, meio ambiente, gênero, etc. Creio que essa interpretação pode servir de base teórica para o desenvolvimento do TCC.

Pensando assim, a intenção seria discutir as relações de trabalho, as redes de comércio e os processos de duração mais longa que as envolvem a partir do óleo de palma. Com base nessa mercadoria, pretendo discutir categorias e noções de caráter mais amplo como imperialismo, coerção ao trabalho, capitalismo, etc. tentando me afastar ao máximo de uma visão eurocêntrica, embora ainda seja muito complexo para mim. Outro grande esforço seria ultrapassar uma análise meramente econômica, levando em conta os aspectos culturais que

envolvem desde o processo de produção até o consumo final dessa mercadoria. Para isso, um recorte cronológico interessante seria o século XIX e primeira metade do XX. Porém, ainda não estou seguro quanto a um recorte espacial que pudesse se encaixar mais perfeitamente ao tema.

Minha intenção é desenvolver essa temática como um trabalho direcionado a alunos de Ensino Médio. O material didático a ser desenvolvido deverá ser elaborado no suporte escrito – podendo ser um capítulo, parte específica de um capítulo ou alguma espécie de material extra –, problematizando fontes primárias como imagens e dados estatísticos. Espero lapidar melhor essa ideia nas próximas semanas, mas esses pontos são basicamente a estrutura do trabalho que pretendo realizar.

Enfim, a inserção no curso de especialização em História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) está se estabelecendo como um contínuo aprendizado, um importante elemento em minha formação como docente, como pesquisador e como ser humano.

Juiz de Fora, 23 de Dezembro de 2016.